

# História da Escola Secundária Francisco de Holanda

*Baseado no texto de Dr. José Craveiro*

Por Decreto de 20 de Dezembro de 1864, foram criadas as três primeiras Escolas Industriais do País: em Guimarães, Covilhã e Portalegre, doze anos depois da criação, por Fontes Pereira de Melo, do Instituto Industrial de Lisboa (com três graus: elementar, secundário e complementar) e da Escola Industrial do Porto (apenas com dois graus: elementar e secundário).

Era um tempo em que a instrução ainda não chegava aos portugueses que, segundo o Marquês de Pombal, constituíam o último escalão da sociedade: "os que, necessariamente empregados nos serviços rústicos e fabris, ministram o sustento dos povos e constituem os braços e as mãos do corpo político".

Sebastião José Carvalho e Melo reformou em sentido progressista a universidade, criou o ensino primário oficial (400 escolas) e a primeira escola comercial – a Aula do Comércio – destinada a formar os quadros indispensáveis à Administração do Estado e às Companhias Majestáticas. Contudo, entendia que, para 'os braços e mãos do Corpo Político', bastava 'a instrução dos párocos' – o catecismo da moral cristã.

O Marquês de Pombal considerava necessária a radical transformação da mentalidade nacional. Tendo vivido sete anos em Inglaterra, como diplomata, pôde aperceber-se de como a 'arte da leitura' difundida nos países de religião reformada, se tornara instrumento de progressos culturais rápidos e profundos, com amplos efeitos no avanço das ciências e das técnicas e, por efeito destas, influentes no aumento dos meios de sustentação dos povos, em todos os domínios das suas necessidades.

Nos cem anos seguintes, a instrução primária de base pouco cresceu. Com o Liberalismo, instaurado em 1820, e restaurado em 1834, assistiu-se a um crescente interesse pela instrução pública.

O ensino industrial, apesar da criação de dois conservatórios de artes e ofícios, um em Lisboa e outro no Porto, estava ainda longe de dar os primeiros passos eficazes.

Esses primeiros passos foram dados pela Regeneração e pelo Fontismo, com a criação do Instituto Industrial de Lisboa e com a Escola Industrial do Porto (1852). O Fontismo está, normalmente, associado a 'fomento e obras'. E o fomento da economia portuguesa estava, antes de mais, condicionado pela abertura de vias e a criação de sistemas de transporte rápido de pessoas e bens – estradas e caminhos de ferro. Iniciada a construção de estradas pelo sistema de Mac-Adam, no consulado de Costa Cabral (anos 40 do século XIX), é com a Regeneração que se desenvolveu essa política, de forma decidida. Estavam a ser construídas as estradas que ligam a Trofa Velha a Braga, Guimarães a Famalicão e Guimarães a Fafe, quando, por Decreto de 20 de Dezembro de 1864, o Ministro João Crisóstomo de Abreu e Sousa deu nascimento legal à Escola Industrial de Guimarães (juntamente com as similares da Covilhã e de Portalegre).

Ao dar os primeiros passos pelo ensino industrial, em 1852, pensava Fontes Pereira de Melo: "As classes industriais carecem de instrução moral e intelectual, que esteja de acordo com a importante missão que elas são chamadas a desempenhar na sociedade moderna e a organização do ensino industrial propriamente dito preocupa hoje a atenção de todos os governos. O fim deste ensino deve consistir em habilitar um grande número de indivíduos para a prática de diferentes mesteres industriais, por meio de instrução científica adequada e verdadeiramente útil".

Em 1864, com o referido Decreto de 20 de Dezembro de 1864, que abriu caminho legal à multiplicidade de escolas industriais, dando imediata existência legal às de Guimarães, Covilhã e Portalegre, o Ministro João Crisóstomo de Abreu e Sousa escrevia no respectivo relatório as seguintes clarividentes considerações: "Ninguém, cujo espírito seja dominado pela índole progressista e liberal da época em que vivemos, deixará de reconhecer que a instrução pública é um dos mais indispensáveis elementos, não só do desenvolvimento moral da humanidade, mas também do progresso constante das forças progressivas de qualquer nação".

O Decreto de João Crisóstomo ficou algum tempo esquecido nas páginas do Diário do Governo, mas não estava morto. Latejava ali, não só porque era um Decreto com força de lei, mas ainda porque as energias da nação estavam abrindo estradas e vias férreas, erguendo pontes e acomodando portos, discutindo projectos, empreendendo iniciativas. Um escol de homens de cultura e de espírito empreendedor estava mudando, nomeadamente em Guimarães, a fisionomia do viver colectivo. Em 1884, a recentemente criada Sociedade Martins Sarmento (1882) começa a publicar a sua 'Revista de Guimarães'. Toma a iniciativa, com Alberto Sampaio, à frente da realização da Exposição Industrial do Concelho – a primeira do género que se fazia em Portugal – destinada a mostrar as duas faces da indústria vimaranense: as suas notáveis potencialidades, que radicavam numa história longa e profunda; as suas tremendas carências, em termos de tecnologia, equipamentos e organização, que ameaçavam a sua ruína, decorrente da crescente concorrência dos produtos de origem estrangeira. A intenção destes homens bons que se concertaram para realizar a Exposição Industrial do Concelho era, pois, louvar o que se fazia com o que se tinha e chamar a atenção para o que se podia fazer com a reforma de meios e organização. Para tais reformas, era necessário trazer do Diário do Governo para o chão da Terra a escola criada por João Crisóstomo. Muito se trabalhou para isso: na Câmara Municipal, na Sociedade Martins Sarmento e na Associação Artística Vimaranesense, na Imprensa local, designadamente no Comércio de Guimarães, que então se começou a publicar com largo fôlego. Finalmente, conseguiu-se que, em 1884, se estabelecesse uma Escola de Desenho Industrial, com um professor – António Augusto Cardoso – numa dependência cedida pela Sociedade Martins Sarmento. Só começou a funcionar, efectivamente, em 1885 (14 de Janeiro), ainda como Escola de Desenho Industrial, embora já tivesse estatuto decretado (3 de Dezembro de 1884) de Escola

Industrial de Francisco de Holanda. Para isso, muito contribuiu o relatório que José Guilherme de Parada e Silva Leitão, inspector das Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte, fizera da Exposição Industrial. Nesse extenso relatório, mostrou Silva Leitão “a importância e a multiplicidade das indústrias vimezanenses e, consequentemente, a conveniência de se deferir a antiga aspiração desta cidade, que, desde há muito tempo, pedira a criação de um Instituto de Ensino que levantasse o nível de educação das classes operárias. Este parecer foi decisivo. Eis o Decreto: “Atendendo ao que me tem sido representado pela Câmara Municipal de Guimarães, pedindo a criação de uma Escola Industrial naquela cidade; considerando o grande desenvolvimento industrial deste importante centro de produção, afirmado, entre outras manifestações, mais notavelmente pela última exposição que ali se celebrou; visto o § único do Artigo 1º do Decreto de 3 de Janeiro de 1884: hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1º- É criada na cidade de Guimarães uma Escola Industrial que tem por fim ministrar o ensino apropriado às indústrias predominantes naquela localidade, devendo este ensino ser eminentemente prático. Artigo 2º- A Escola Industrial de Guimarães compreenderá as seguintes disciplinas: Aritmética, Geometria Elementar e Contabilidade Industrial, Desenho Industrial e Química Industrial. § único- A cadeira de Desenho Industrial, actualmente existente na cidade de Guimarães, passará a formar parte da Escola Industrial, logo que esta comece a funcionar. Artigo 3º- O Governo mandará inscrever no Orçamento do Estado para o ano económico de 1885-1886 as quantias necessárias para a dotação e pessoal das duas novas cadeiras criadas por este Decreto. Artigo 4º- A Escola Industrial de Guimarães só começará a funcionar depois de aprovadas, pelas Cortes, as verbas a que se refere o artigo precedente. O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, e o par das Obras Públicas, Comércio e Indústria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, 3 de Dezembro de 1884.

\_\_\_\_ Rei \_\_\_\_ Ernesto Rudolpho Hintze Ribeiro ----  
António Augusto de Aguiar. A este Decreto se refere outro, com data de 5 de Dezembro, pelo qual se atribui à Escola Industrial de Guimarães a denominação de Francisco de Holanda. E a Ideia Fez-se Obra. A Escola de Desenho Industrial, criada em 6 de Maio, oficializou, sob a regência e direcção de António Augusto Cardoso, a aula de Desenho Industrial, que já vinha funcionando na Sociedade Martins Sarmento, com o mesmo professor, numa sala da casa da Sociedade, sita no Largo do Carmo, para onde se mudara, em Março do mesmo ano de 1884, de um prédio alugado na rua de D. João I, em que estivera instalada desde pouco depois da sua fundação (1882). Nessa única sala começou a funcionar, em 14 de Janeiro de 1885, como Escola Oficial, com 153 alunos matriculados, número máximo permitido de inscrições. Alguns alunos ficaram em lista de espera. Tendo depois passado para uma casa de aluguer na rua de Paio Galvão, só em 1886, 1 de Fevereiro, entrou em funcionamento como Escola Industrial numa casa da rua de D. Luís I (hoje conhecida como rua das Trinas). Era a casa dos Laranjais, pertença da condessa de Vila Pouca, alugada pela Câmara e por esta oferecida, embora não totalmente, pois que ainda lá manteve serviços públicos que não pôde desalojar. Por força do artigo 4º do Decreto criador, o

começo do funcionamento tinha que esperar que as Cortes aprovassem as verbas para dotação e pessoal. Foi por isso que teve de esperar-se até Fevereiro de 1886. Entretanto, foram nomeados os seus professores, a saber: o médico Dr. Joaquim José de Meira (que foi eleito director no acto da instalação) e o Oficial do Exército António Emílio de Quadros Flores. O professor de Desenho, António Augusto Cardoso, transitou da Escola de Desenho Industrial, tal como ficara estipulado, no Decreto de 3 de Dezembro de 1884. Com o elenco de três professores e com três cadeiras que pretendiam ser essencialmente práticas (Aritmética, Geometria Elementar e Contabilidade Industrial; Desenho Industrial; Química Industrial) se conservaria a escola pelo espaço de dois anos. Até que o Ministro Emídio Navarro teve a honra de promulgar a mais arrojada e orgânica reforma do ensino industrial e comercial do século passado (Decreto de 30 de Dezembro de 1886), a qual veio beneficiar o estabelecimento de ensino de Guimarães, em 1888, com a ampliação dos seus quadros de ensino: criação de cadeiras de Língua Francesa, Princípios de Física, Mecânica e Desenho de Máquinas; melhoramentos nas instalações; nomeação de novos professores – o de Francês, Adolpho Barroso Pereira Salazar (pai do célebre professor Abel Salazar); o médico Dr. Avelino Germano da Costa Freitas e, depois, ( nos anos 1889/90) Paul von Wagner, para a disciplina de Desenho Decorativo; Alfredo Schwarz, para Desenho de Máquinas; e Martin Albert Edward Braun, para Tecelagem. É de notar a escassez de técnicos para estas últimas áreas, no nosso país. Contudo, infelizmente, em breve iria ser reduzido o elenco docente: pela cessação da Língua Francesa; pelo falecimento de Silva Cardoso (1893), que seria substituído por Augusto Maria Pinto Coelho e pela deslocação de Schwarz e Martin. Este estivera mais de dois anos à espera da montagem da oficina de Tecelagem, para cujo ensino tinha sido nomeado. Acabou por se ir embora sem a ter visto instalada. A oficina de Tecelagem só viria a ser montada em 1927, 35 anos depois! E a casa? A casa definitiva? Lançada a primeira pedra em 1887, num terreno da Quinta do Proposto, adquirida para o efeito, só veio a instalar-se ali definitivamente (aliás, em condições provisórias, pois só foram ali construídos os pavilhões destinados às oficinas) no ano lectivo de 1923/1924. De pouco valeu o cerimonial do lançamento da primeira pedra pela mão do Rei, em acto concorridíssimo, em que estiveram também presentes a rainha, os príncipes, vários ministros, outras figuras ilustres da Terra e das vizinhanças e, naturalmente, muitíssimo povo. Levantados e cobertos quatro dos oito pavilhões previstos inicialmente, foi possível armazenar ali os pesados caixotes que um comboio de 28 carros de bois trouxe da estação de caminho de ferro de Famalicão. Traziam esses caixotes os teares mecânicos, máquinas de fição, a caldeira da máquina a vapor, etc. Esta carga, trazida em 1890 (outras se seguiram), apenas foi desencaixotada em 1927, no que diz respeito aos teares mecânicos. As máquinas de fição ainda ali estavam, em caixotes, em 1941! Depois, foram vendidas à fábrica da Senhora da Hora. Outro material havia de chegar: mais onze caixotes com material de laboratório químico e três com máquinas de costura, ainda em 1890; e, no ano seguinte, colecções de modelos de desenhos, em gesso, que continuam integrando o rico património da Escola. Vieram,

ainda, aparelhos de fotografia e colecções de estampas, de excelente qualidade, com motivos de História da Arquitectura, de várias épocas e de diferentes civilizações. Em 3 de Julho de 1890, o Município deixa de tomar à sua conta o pagamento da renda da casa (225\$000 reis por ano). Em Junho de 1891, gorou-se a esperança de ser autorizada a transferência da Escola para o edifício da Praça de Santiago, pertencente ao Banco Comercial de Guimarães. Depois de outros falhanços do mesmo género, põe-se a escola a funcionar nos barracões já cobertos, mas a meter água por todos os cantos, mediante a divisão dos seus amplos espaços por tabuados de forro em pêlo, com dois metros de altura. Era, pois, preciso achar outro lugar, enquanto a Direcção de Obras Públicas de Braga não avançava com as necessárias obras no Campo do Proposto. Mas ali se manteve provisoriamente instalada, desde 1901, até que, em 1910, se obteve a possibilidade de transferência para uma casa sita no Largo do Seminário-Liceu, pertencente ao Barão de Pombeiro, que pedia 200\$000 reis pela renda anual. Em 1911 (Dezembro), o Regimento de Infantaria 20 – que já ocupava alguns barracões do Proposto – toma posse dos restantes, com excepção de um, necessário à guarda do material destinado às oficinas. É também deste ano o pedido de electrificação da Escola: os candeeiros estavam quase inutilizáveis, e já se estava a usar, em Guimarães, a iluminação eléctrica. Foi efectivamente transferida a escola para a casa do Barão de Pombeiro, que faz esquina entre a rua de Santa Maria e o largo da Câmara (actual). Já ali se encontrava instalada, em 24 de Novembro de 1910. Contudo, o drama das instalações estava longe de chegar ao fim. Em Janeiro de 1914, a nova proprietária do prédio, D. Maria Brígida de Mello Sampaio Mexia, comunicou à Escola que dava por findo o contrato de arrendamento, a partir de 1 de Outubro daquele ano, convidando o Director a entregá-la devoluta nesse dia. O edifício (os barracões) no Campo do Proposto continuavam no mesmo pé: nem obras que o tornassem útil, nem hipótese de fazê-las, enquanto continuasse cedido ao Ministério da Guerra, para acomodação do Regimento de Infantaria. Era essa, na verdade, a solução natural, frequentes vezes solicitada, infrutiferamente reclamada, desde que Sua Majestade El-Rei ali tinha lançado a primeira pedra em 1887 – 27 anos antes. Não havia outros edifícios particulares em condições mínimas. Mas havia o Convento de Santa Clara, onde já estava instalado o Colégio 'Internato Municipal' e o Liceu, e onde ainda podia instalar-se a Escola, regularmente, desde que chegasse a entendimento com a Câmara e com o Reitor do Liceu, para combinar as partes a ceder e as obras a realizar. Nem todas as dificuldades foram vencidas; mas foi assim que se fez. E até 1924, foram coabitantes do casarão de Santa Clara as três escolas. Entretanto, a tropa saiu do Campo do Proposto; fizeram-se obras nos barracões, obras precárias. E a Escola, já então Escola Industrial e Comercial de Guimarães, veio para sua 'casa' e seu terreno, já não todo, pois que parte dele tinha sido cedido à Câmara para prolongamento da rua Paio Galvão. Por efeito deste prolongamento, destacou-se também o triângulo onde foi instalado o Quartel dos Bombeiros. Um relatório sobre novas construções (Boletim do Ministério da Instrução Pública) diz sobre essas instalações, em 1934: "As actuais instalações da Escola Industrial e Comercial de Francisco de

Holanda, de Guimarães, não pecam, como se dá na maioria das suas congéneres, por insuficiência de área. Pecam pelo absurdo do projecto e pela péssima qualidade da construção. Acrescentando que esta se encontra em muito mau estado de conservação, tão mau que, repará-la, é quase fazê-la de novo, chegando à única conclusão possível: demolição total do existente, para, no mesmo terreno, que é óptimo e bem situado, fazer um edifício totalmente novo". Foi então proposto que a Escola de Guimarães fosse considerada com a prioridade que lhe deferia o facto de ter terreno próprio. E, tendo em consideração que a frequência era então de 290 alunos, fosse servido como um edifício de tipo C. E, nessa conformidade, foram as obras orçamentadas. Só que as obras não foram feitas, nem então, nem depois, nem do tipo C. Só depois da guerra, e depois de promulgada a reforma de 1948, sendo Ministro da Educação o Eng.º Leite Pinto, se veio a resolver o problema da casa. E a que temos chegou ao fim em 1959, quando nas instalações já não cabiam os mais de dois mil alunos que as procuravam. Os fins da Escola Industrial de Guimarães, como declaradamente se consigna em Art.º 1.º do Decreto que a criou, eram "ministrar o ensino apropriado às Indústrias predominantes" na cidade e seu concelho. De entre as muitas e variadas actividades produtivas que aqui se praticavam, avultam três sectores: o da fiação e tecelagem, o das cutelarias e o do curtimento e aparelho de peles. Para Guimarães, não era tarefa fácil achar as formas adequadas de realização daquele intento.